

Nota Resumo elaborada pela ANA, Brasil, para a Reunião dos Diretores de Recursos Hídricos da CPLP sobre ***Impacto da Covid-19 no sector da água na CPLP: partilha de experiências e reflexões sobre como evitar retrocessos no pós-Covid-19***, em 29 de julho de 2020.

## 1) **Percepções sobre o impacto do COVID-19 no setor da água**

Água, saneamento e higiene são essenciais na mitigação e no enfrentamento do coronavírus. Para tanto, o acesso à água é fundamental.

No Brasil - conforme dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS de 2018 - 83% dos brasileiros possuem acesso ao abastecimento de água, o que revela um vácuo de, aproximadamente 35 milhões de pessoas sem acesso à água tratada.

Já na questão do esgotamento sanitário, os percentuais chegam a cair consideravelmente: 53% da população é atendida com coleta de esgoto e apenas 46% possui tratamento de esgoto. A falta de tratamento do esgoto compromete mais de 110 mil quilômetros dos rios brasileiros que recebem os dejetos.

Outros fatores de preocupação para o acesso à água pela população são: a tradicional seca da região Nordeste e as crises hídricas cada vez mais frequentes nos centros urbanos, como foi a de 2014 e 2015 em São Paulo e a de 2017 em Brasília. A falta de água nos rios reflete diretamente no abastecimento urbano e nos hábitos de higienização da população. O Brasil lida também com perdas de aproximadamente 37% no sistema de abastecimento de água.

Essas são problemáticas já vivenciadas no momento pré-pandemia e que se tornaram ainda mais evidentes e preocupantes com a emergência na saúde pública instaurada no país.

Incentivado por esse contexto, foi aprovado o **Novo Marco do Saneamento Básico no Brasil**, em meio à pandemia, no dia 15 de julho de 2020 (Lei nº 14.026 de 2020), em que a ANA passa a ser responsável pela edição de normas de referência para as quatro componentes do saneamento básico: abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais em cidades.

Nesta terça-feira, 28 de julho, a ANA lançou uma publicação que atualiza a base de dados da instituição sobre estações de tratamento de esgotos (ETEs) no Brasil. Esse mapeamento identificou 900 novas estações, entre 2013 e 2019, totalizando 3.668 ETEs em 2.007 municípios.

O levantamento **Atualização da Base de Dados de Estações de Tratamento de Esgotos no Brasil** apresenta e detalha as informações das ETEs, como os processos de tratamento de esgotos utilizados, sua localização e as novas instalações que foram construídas ou identificadas após 2013. Este foi o ano de referência dos dados para a produção do **Atlas Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas**, lançado em 2017.

Conforme o levantamento, houve no Brasil nestes 6 anos um avanço no total de ETEs mas ainda existe um número reduzido de municípios abrangidos com o serviço de tratamento de esgotos – apenas 36% do total. A média brasileira de atendimento da população urbana com sistemas coletivos de coleta e tratamento de esgotos é de 46,5%, o equivalente a 82,1 milhões de pessoas.

As 900 estações adicionadas e demais dados estão armazenados em uma nova base e disponíveis no portal do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH) em <http://portal1.snirh.gov.br/ana/apps/webappviewer/index.html?id=6d866c5d54c64b17bd53af4bdcfb4b91>.

## 2) **Estratégias e iniciativas de resposta do sector da água, em nível governamental e da sociedade civil**

A crise atual tem obrigado os governos a tomar decisões e dar respostas em velocidade muito alta e com informações limitadas. Um bom exemplo de reflexo da crise foi o fortalecimento do debate sobre o acesso ao saneamento básico no Brasil, setor ainda incipiente e carente, como visto, enquanto política de saúde pública.

No Brasil, já são quase 90.000 vidas perdidas para o COVID 19. Dessa forma, torna-se vital a manutenção do abastecimento de água pela rede – usual em centros urbanos – ou por meio de soluções alternativas em áreas rurais ou assentamentos.

Entre as iniciativas realizadas está a proibição dos cortes dos serviços de água que guarda certo alinhamento entre os estados, apesar de haver variações nos benefícios aos usuários.

Em São Paulo, por exemplo, foi estabelecido que aqueles classificados como baixa renda estão isentos do pagamento das faturas por três próximos meses. No Rio de Janeiro, além do grupo de baixa renda, os usuários comerciais de pequeno porte também estão isentos pelo mesmo período implementado em São Paulo (<https://ceri.fgv.br/blog/agua-e-saneamento-na-pandemia-da-covid-19>).

A ANA, alinhada na superação da crise do COVID-19 e considerando as principais pesquisas internacionais e de maneira pioneira no país, desde abril de 2020, tem apoiado o projeto **Monitoramento Covid Esgotos**.

O projeto piloto utiliza o monitoramento do vírus no esgoto como ferramenta complementar de identificação de ocorrência da doença, visando reduzir as subnotificações dos casos em Minas Gerais.

A execução do mesmo ocorre em rede entre instituições do Governo Federal, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA e Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) em ETEs Sustentáveis da Universidade Federal de Minas Gerais, e do Governo de Minas, por meio do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA e Secretaria de Estado de Saúde.

A estratégia do projeto consiste no monitoramento do esgoto para avaliar a presença do agente infeccioso e realizar a quantificação do novo coronavírus (SARS-CoV-2) em amostras de esgoto (bruto e tratado) coletadas na região metropolitana de Belo Horizonte - RMBH, de modo a fazer um mapeamento da ocorrência e abundância do vírus no esgoto dessa região durante o período da pandemia da COVID-19. Essa região possui cerca de 2,2 milhões de pessoas (cerca de 71% da população urbana de Belo Horizonte e Contagem).

Os pesquisadores envolvidos no estudo reforçam que não há evidências da transmissão do vírus, ainda com potencial de causar a infecção da COVID-19, através das fezes (transmissão feco-oral).

Por outro lado, com os dados obtidos, tem sido possível mapear indiretamente a infecção pelo vírus por região, subsidiando a adoção ou não de medidas de relaxamento consciente do isolamento social. Também possibilitam avisos precoces dos riscos de aumento de incidência da COVID-19 de forma regionalizada, embasando a tomada de decisão das autoridades de saúde e dos gestores públicos.

Os últimos resultados – de 24 de julho de 2020 – demonstram que a estimativa de pessoas infectadas pelo novo coronavírus em Belo Horizonte (MG) se mantém no patamar de aproximadamente 500 mil pessoas, o que significa que a infecção pode ter atingido um número de pessoas 35 vezes maior do que o total de casos confirmados por testes clínicos. Comparando esses resultados com os das semanas anteriores, há indícios de que a curva epidêmica de Belo Horizonte pode estar atingindo um platô, o que poderá ser confirmado nas próximas duas ou três semanas.

Os resultados completos do monitoramento estão sistematizados em boletins periódicos semanais e, assim como todas as apresentações dos dois webinars, podem ser acessados no site da ANA ([www.ana.gov.br](http://www.ana.gov.br)) ou diretamente pelo link: <https://www.ana.gov.br/panorama-das-aguas/qualidade-da-agua/monitoramento-covid>.